



CLIPPING

COORDENADORIA DE IMPRENSA DO TJPA

coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br - (91) 3205-3256 / 3274

1
SETEMBRO
2015





GUILHERME AUGUSTO

guilhermeapsouza@hotmail.com

Lei ignorada

A representação com a proposição de Ação Civil Pública (ACP), para execução pelo prefeito Zenaldo Coutinho da lei de incentivo à cultura, conhecida com o nome de "Walmir Bispo dos Santos", foi entregue na última sexta-feira ao subprocurador-geral de Justiça, Jorge de Mendonça Furtado, pelo ex-vereador Marcos Silva, o Marquinho.

Segundo o ex-vereador, nada da lei está sendo respeitado pelo poder público municipal e "por isso estamos trazendo essa representação junto ao Ministério Público para que por meio dessa proposição de ACP a lei seja aplicada em favor da cultura paraense".

Além disso, democratiza a participação e composição do Conselho Municipal de Cultura e cria o Fundo Municipal de Cultura, que passa a ser a principal fonte de financiamento a políticas públicas com viés voltado para nossas tradições e valores.

Que lei é essa?

Por essa lei aprovada pela Câmara de Belém em 2012, sancionada pelo então prefeito Duclomar, cria-se um sistema municipal de cultura e credencia Belém a buscar recursos do governo federal para ações nessa área em setores como patrimônio, literatura, artes visuais, eventos populares, entre outros

Improbidade

O juiz Elder Lisboa Ferreira da Costa, da 1ª Vara de Fazenda da Capital, respondendo pela 4ª Vara de Fazenda, acatou no último dia 21 de agosto a ação civil pública por improbidade administrativa movida pelo Ministério Público Estadual contra André Ricardo Otoni Vieira, acusado de ter se beneficiado de nomeação para cargo comissionado no MP, na condição “ilegal e imoral” de sócio na empresa Rota 391 Comercio Varejista de Combustiveis Automotores e Serviços Ltda, com o procurador geral Marco Antonio Ferreira das Neves, trabalhando também como advogado de Neves em ação de despejo por falta de pagamento”. As partes tinham dez dias para especificar as provas que pretendem produzir no processo.



Edifício Premium será avaliado por comissão de peritos nomeada por juiz federal

Juiz nomeia peritos para avaliar os prédios na orla

APROPRIAÇÃO

Especialistas vão se pronunciar sobre a obra do Premium e outras já planejadas

Uma comissão multidisciplinar de peritos nomeada pelo juiz Federal da 9ª Vara, Arthur Pinheiro Chaves, avaliará a construção do edifício Premium, na orla de Belém como parte dos procedimentos da Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal e Estadual para suspender as obras em área da União. Entidades de defesa da orla da capital também traçam planos contra a apropriação privada do patrimônio público.

Os profissionais da equipe pericial multidisciplinar foram selecionados pelo juiz em um banco de dados da Justiça Federal, em conformidade com suas respectivas áreas de atuação. São eles: na competência de Arquitetura e urbanismo, Euler Santos Arruda (UFPA); na Engenharia Civil, Antônio dos Santos Ferreira Neto (Crea/PA); na Engenharia Sanitária, José Cláudio Rada Rabelo (Crea/PA); na Engenharia Ambiental, Rui Guilherme Cavaleiro de Macedo Alves (UFPA); na Geologia, Francisco de Assis Matos de Abreu (UFPA). A missão deles é avaliar a construção do edifício Premium e as áreas da orla onde outros empreendimentos pretendem se instalar, como o condomínio Mirage Bay, da construtora Cyrela.

A ação foi impetrada em 2011, pelos procuradores Alan Mansur e Bruno Valente, e pelo promotor Benedito Sá, além do advogado da União, Denis Moreira. "O processo está em fase de produção de provas. O resultado da perícia será peça-chave para a conclusão da ação", informou o procurador Bruno Valente. A perícia deve ocorrer nas próximas semanas e não há um prazo para a entrega das conclusões dos peritos. "A demora no trâmite do processo é preocupante, mas continuaremos acompanhando essa questão", disse Valente.

Os problemas da orla de Belém não se limitam aos prédios já construídos ou planejados. Na avaliação de entidades da sociedade civil, a questão mais urgente é a da correção do Plano Diretor Urbano (PDU), para impedir a construção de prédios no segmento entre o Ver-o-Rio e a área onde está o Edifício Premium. "Para mim, essa é a prioridade dos grupos que atuam na defesa da orla, sobretudo daqueles que entendem de Plano Diretor e da história da sua construção desde 2008", opinou o presidente do Observatório Social de Belém e um dos coordenadores do Movimento Orla Livre, José Ramos.

A pressão para alterar o PDU já começou. "Eu falei com uma técnica da Prefeitura na semana passada. Ela disse que está disposta a dar apoio técnico, caso tenhamos dúvidas. O nosso trabalho seria o

Movimento Orla Livre diz que a questão mais urgente é mudar o Plano Diretor

de conduzir uma proposta de alteração, urgentemente, nesse ponto. Essa proposta deveria ser conduzida ao prefeito e ao presidente da Câmara, para que ambos entrassem em acordo e conduzissem essa ação com a pressa que ela pede", avalia Ramos.

O trabalho do movimento hoje é chegar a uma proposta de alteração. "Isso implica em falarmos com pessoas que entendem do tema, das leis federais, estaduais e municipais. Receber aconselhamento técnico dos abnegados e dispostos servidores da Prefeitura. Receber aconselhamento jurídico da professora Luly Fischer, que entende demais do tema territorial urbano, e fazermos o anteprojeto de lei para mudar o Plano Diretor. Além disso, trabalharmos politicamente os vereadores e o prefeito", adiantou o ativista.

Ramo aponta também o Portal da Amazônia, para o qual o Movimento Orla Livre defende um plano de urbanização que envolva a antiga área da CATA e vizinhança, da melhoria da orla do portal, com equipamentos para sombreamento e banheiros públicos. Espaços legais para serviços, sobretudo venda de bebidas e lanches, entre outras sugestões.

repórter70

TCE Cidadania

O TCE Cidadão inspira os Tribunais de Contas. Após a apresentação do projeto no Encontro Técnico de Educação Corporativa, em Fortaleza, a diretora da Escola de Contas do TCE, Geo Damasceno, recebeu solicitações de representantes de vários tribunais sobre como fazer para “importar” a ideia. O TCE do Espírito Santo foi mais longe, pedindo informação junto ao conselheiro Nelson Chaves, idealizador do projeto.

EMPOUCASLINHAS

- Começou a atrasar o processo contra o prefeito de Altamira, Domingos Juvenil, acusado de fraudes quando presidia a Assembleia Legislativa.
- Juvenil deveria prestar depoimento, no final de junho, ao juiz da Comarca, por determinação do TJE. A audiência foi transferida pela ausência do representante do Ministério Público.
- As Câmaras Criminais do TJE aceitaram a denúncia de improbidade administrativa contra o prefeito de Gurupá, Raimundo Nogueira Monteiro. O relator foi o desembargador Leonam Cruz.

CIDADES

Campanha de vacinação é prorrogada em Belém. Página 11.

Procon adotará atendimento 24 horas

DENÚNCIAS

Novo serviço será lançado na semana que vem e deve incluir os domingos

A Diretoria de Proteção e Defesa do Consumidor no Pará (Procon-PA) lança na próxima semana o projeto Procon 24 horas, que consiste no recebimento de denúncias a qualquer hora do dia, durante todos os dias da semana, inclusive aos domingos. A partir da iniciativa, os consumidores que se sentirem lesados poderão ligar gratuitamente para um número de celular que será disponibilizado pelo órgão, e proceder a reclamação. As denúncias serão fiscalizadas *in loco* imediatamente, sendo atendidas conforme a ordem das chamadas. A linha do Procon 24 horas será exclusivamente para atender denúncias, sendo que os demais atendimentos continuarão sendo realizados na sede e unidades da instituição. Neste primeiro momento, o projeto será adotado apenas na Região Metropolitana de Belém (RMB), mas deve se estender ao Estado nos próximos meses.



Moisés Bendahan: comemoração pelos 25 anos do Código de Defesa do Consumidor

Conforme explica o diretor-geral do Procon-PA, Moisés Bendahan, o lançamento do

novo canal de atendimento será no dia em que o Código de Defesa do Consumidor (CDC)

completa 25 anos. "Faremos um evento no auditório do Centro Integrado de Governo

CONTINUA...

Linha começará a ser usada na RMB, mas será ampliada para todo o Estado

(CIG), a partir das 9 horas, em alusão aos 25 anos do CDC, onde também será lançado o Procon 24 horas", explica. Ele enfatiza que a programação especial terá palestras com as principais operadoras de serviço do ramo de telefonia (fixa e móvel), de internet e de TV a cabo. "Nas palestras, os prestadores terão a oportunidade de apresentar seus projetos relacionados à melhoria na qualidade dos serviços prestados aos consumidores. Todos os fornecedores destes ramos que atuam no Pará foram convidados", comenta, frisando que o evento conta com o apoio do Ministério Público Estadual (MPE) e da Agência Nacional de Telefonia (Anatel).

Somente nos oito primeiros meses deste ano foram realizados 19 mil atendimentos no Procon-PA, quantidade que supera o volume registrado nos doze meses do ano passado, quando ocorreu um total de 18 mil atendimentos. Um dos fatores que ajudou

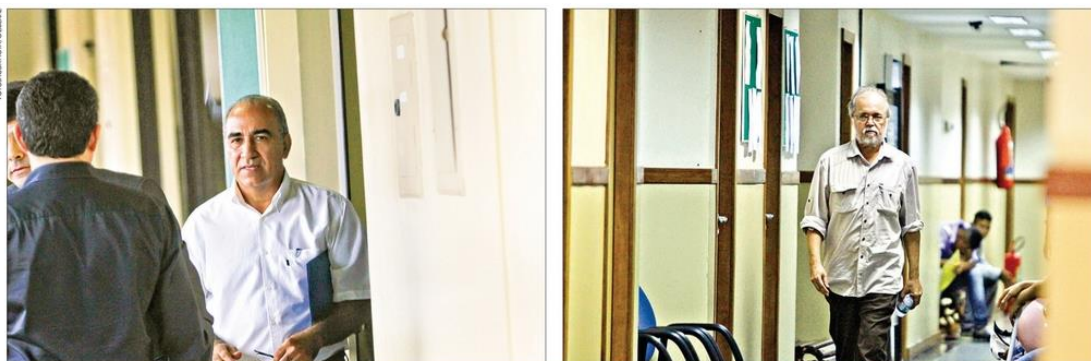
nesta crescente, segundo avalia Bendahan, foi a reativação do Disque Procon, o 151, que voltou a funcionar em maio deste ano, após ficar inativo por quase dois anos. O 151 recebe - e continuará recebendo, mesmo após o lançamento do Procon 24 horas -, denúncias no horário das 8h às 14 horas. "Após as 14 horas, as denúncias deverão ser direcionadas para o número do celular que divulgaremos na semana que vem, com a ativação do projeto", esclarece. O diretor geral destaca que o canal visa atender qualquer tipo de denúncia ligada ao direito do consumidor, como é o caso de um produto com prazo de validade vencido exposto em uma gôndola de supermercado, ou de uma cobrança abusiva em um restaurante.

"O funcionamento será em regime de sobreaviso, e a apuração no local será no mesmo instante, dentro das nossas possibilidades. Haverá uma ordem de atendimentos, conforme as chamadas", orienta. O diretor revela que não há serviço similar no Brasil, e que a medida visa coibir práticas abusivas cometidas pelos estabelecimentos contra o consumidor.

Mais de 130 deputados respondem a ações no STF. Veja no Por Dentro. Página 10.

POLÍTICA

Réus são interrogados e negam fraudes



Empresário José Carlos Rodrigues de Souza negou ter feito negócios com a Alepa. Ex-diretor financeiro Sérgio Duboc Moreira disse que não sabia de nada.

CASO ALEPA

Sérgio Duboc Moreira e José Carlos Rodrigues de Souza foram ouvidos ontem

Dois acusados de participar do esquema de fraudes da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa), entre os anos de 2005 a 2006, negaram ontem em depoimentos envolvimento nos crimes. O ex-diretor financeiro da Alepa de 2003 e 2010, Sérgio Duboch, e o empresário José Carlos Rodrigues de Souza, prestaram depoimentos na manhã de ontem, ao juiz da 9ª Vara Criminal, Marcos Allan de Melo Gomes na condição de réus, em ação na qual o Mi-

nistério Público do Estado do Pará (MPE) aponta pagamentos irregulares para empresas que nunca prestaram serviço à Alepa. As empresas eram contratadas sem licitação, por meio da modalidade carta convite, recebiam os pagamentos e nunca prestavam os serviços. No total, estima-se que tenham sido desviados aproximadamente R\$ 8 milhões dos cofres públicos. Sérgio Duboc e José Carlos de Souza são acusados de peculato, formação de quadrilha e desvio de dinheiro. O último depoimento das investigações do caso será de Daura Hage, em Recife (PE), onde ela reside atualmente.

De acordo com a acusação do MPE, José Carlos de Souza participava do esquema juntamente com sua ex-mulher,

Daura Hage, funcionária da Alepa. O empresário teria recebido vultosas quantias por diferentes serviços que nunca foram prestados. José se declarou inocente das acusações, afirmando que nunca prestou serviços ou recebeu dinheiro. "Nunca participei de processo licitatório. Estava em 2005 em litígio com a Daura, em momento nenhum autorizei quem quer que seja a isso", declarou José, que era proprietário das empresas J.C. Rodrigues de Souza Mariscos, de outra que recuperava automóveis e da uma fábrica de farinha de tapioca.

De acordo com José Carlos de Souza, a única vez em que ele levou documentos de suas empresas para a Alepa foi para o gabinete

Continua...

do então deputado estadual Faisal Salmen, que enviaria a papelada para a Prefeitura de Paraupaebas, já que o deputado era representante da região. Os documentos eram para a prestação de serviço de transporte de pacientes para a prefeitura. O acusado não reconheceu as assinaturas em documentos que constam no processo como notas fiscais de serviços, atualizações da natureza das empresas na Junta Comercial do Pará (Jucepa) e recebimentos. "Não fui eu; não autorizei ninguém a usar as empresas e nunca recebi nada", afirmou ele, que garantiu estar disposto a abrir os sigilos bancários das empresas e o seu sigilo pessoal.

José Carlos de Souza só

teria tido conhecimento do envolvimento de suas empresas com a Alepa quando impostos começaram a ser cobrados pela Receita Federal pelos serviços prestados. A dívida chega hoje a R\$ 200 mil com o órgão. Sobre a relação com os outros acusados, ele relatou que, além de Daura, somente conhecia o irmão da ex-mulher, Josimar Pereira Gomes, o qual era sócio em uma empresa de empacotamento de alimentos conhecida como Tópicos. Outros dois acusados: Rosana Baletta de Castro e Sérgio Duboc, teriam conversado com ele algumas vezes, na tentativa de resolver a cobrança da Receita Federal.

Ao tentar saber do que se tratava, José disse que teria recebi-

Gravação de conversa de José Carlos com Duboc foi apreendida pela polícia

do ameaças de morte e sofrido atentados pela ex-mulher Daura Hage. O acusado reconheceu que uma gravação de áudio recolhida pelo MPE em sua residência foi feita por ele enquanto conversava com Sérgio Duboc. Ele disse que decidiu gravar a conversa porque queria resolver o problema com a Receita Federal e não vinha recebendo ajuda dos da Alepa. O empresário não se pronunciou sobre uma carta assinada por ele, na qual ameaça contar o que sabia das irregularidades.

Ex-diretor financeiro da Alepa garante que não sabia de irregularidades

Em seguida, foi a vez do ex-diretor financeiro da Assembleia Legislativa do Pará (Alepa) Sérgio Duboc, que também se declarou inocente e negou todas as acusações. Segundo ele, o setor financeiro não tinha responsabilidades de verificar se qualquer serviço tinha sido executado. As ordens para pagamentos na Alepa chegavam assinados pela presidência e secretaria da casa. "A única coisa que posso dizer é que se passa a ideia que o departamento financeiro é responsável por tudo o que acontece, ele não tem poder para nada", respondeu.

Duboc declarou que não tinha conhecimento do envolvimento dos outros acusados no esquema. Ele ainda informou que encontrou

com José Carlos de Souza apenas uma única vez, na rua, e que o empresário aparentava estar nervoso. "Ele realmente, em uma ocasião, me abordou na calçada e me pareceu muito nervoso, em crise conjugal, com ameaça de morte. Ele disse que era ex-marido da Daura e falou uma série de coisas. Eu queria até me distanciar da situação", declarou.

O ex-diretor disse que conhecia as servidoras Rosana de Castro e Daura Hage, mas conhecia Josimar Pereira Gomes apenas de vista. Sobre os outros dois processos criminais que tramitam contra Duboc, que envolvem a folha de pagamento da Alepa, ele alegou que não sabe do que está sendo acusado, porque nunca teve gerência sobre esse tipo de pagamento.

Duboc indicou que a responsabilidade pela escolha das empresas que prestariam serviço à Alepa era da Comissão de Processo Licitatório. Em nenhum momento, Duboc teria participado desta comissão. A diretoria financeira seria apenas responsável por elaborar as notas de empenho, mas a autorização e homologação cabiam à presidência e à secretaria da Casa. "Não tinha gerência sobre o processo licitatório, não tinham elo com o departamento. O pagamento das empresas vencedoras do processo licitatório não dependiam do setor financeiro, dependiam de autorização maior. Quando chegava no setor era para proceder. Não havia interferência para esse pagamento", destacou.

Mais de 130 deputados respondem a ações no STF. Veja no Por Dentro. Página 10.

POLÍTICA

Secretária e procuradora de Tucuruí são afastadas por ordem judicial

SUSPEITA

Justiça Federal apura desvio de R\$ 38 milhões na gestão municipal

A Justiça Federal afastou do cargo a secretária municipal de Fazenda de Tucuruí, Jane Sheila Vaz Rodrigues, por suspeita de desvio de R\$ 38 milhões em verbas municipais e federais. Também foram afastados do serviço público a procuradora jurídica do município, Idalene Barroso, e o diretor de tributos da secretaria, Edson Andrey Furtado da Costa. A informação foi divulgada ontem pela Assessoria de Comunicação do Ministério Público Federal no Pará.

Investigação feita pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público do Estado (MPE) demonstrou que os três se associaram para assinar, com uma empresa de fachada, a Construpar, um contrato de locação de caminhões e maquinário para execução de serviços como manutenção de estradas, ruas e coleta de entulho, informou a assessoria do MPF. Os servidores estão proibidos de ingressar em

qualquer dependência da prefeitura, sob pena de descumprimento das medidas e novo pedido de prisão.

A Construpar foi contratada em 2010 pela prefeitura por pouco mais de R\$ 8 milhões. De lá para cá, foram assinados quatro termos aditivos ao contrato, o último com vigência até ontem, totalizando R\$ 58,2 milhões. Até agora, foram pagos à empresa R\$ 38 milhões. No endereço da firma, o MPF encontrou uma pequena venda de peixe e açaí, e nenhum caminhão; sequer havia espaço para estacionar um carro.

Os dois sócios-proprietários que assinaram os recibos que atestam os serviços são os irmãos Aline Furtado e Anderson Furtado. Em depoimento ao MPF, ambos confirmaram serem proprietários da empresa. Aline ainda está concluindo o ensino médio e Anderson mora na casa de uma tia. Ambos são primos de um dos servidores acusados, o diretor de tributos da secretaria de fazenda de Tucuruí.

Segundo informou o MPF, a investigação aponta que Edson Andrey Furtado da Costa, o diretor de tributos afastado, é o verdadeiro proprietário

da Construpar. A secretária de Finanças, Jane Sheila Vaz Rodrigues, chegou a confirmar a informação em depoimento, mas o diretor negou. Foi a secretária quem assinou todas as ordens de pagamento em favor da Construpar. A procuradora jurídica do município, Idalene Barroso, também afastada, foi quem subscreveu os contratos e os aditivos que fizeram o valor pago pela prefeitura à empresa chegar a R\$ 38 milhões.

Para o MPF e MPE, há fortes indícios de que nenhum serviço foi prestado e de que o contrato é inteiramente fraudulento. O procurador da República Luiz Eduardo Smaniotto e a promotora de Justiça Francisca Fernandes de Sá chegaram a pedir a prisão preventiva dos cinco envolvidos, mas a juíza Claudia Giusti Belache entendeu que não há risco deles fugirem, e ordenou que todos compareçam uma vez por mês à Vara Federal de Tucuruí.

Quanto ao envolvimento do Prefeito Sancler Ferreira, as investigações foram remetidas ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília, por causa do foro privilegiado, acrescentou a assessoria do MPF em Belém.

**DEPUTADOS****Mais de 130 tem ações no Supremo**

Levantamento do site Congresso em Foco revela que mais de 130 deputados federais respondem a inquéritos ou ações penais no Supremo Tribunal Federal (STF). Isso significa que cerca de 26% dos deputados são suspeitos de participação em crimes. No Senado, o índice já de aproxima de 40%.

O Supremo Tribunal Federal - foro exclusivo para julgamento de conduta criminosa de senadores e deputados federais - ainda não recebeu todos os processos que tramitavam nos Estados contra parlamentares que estrearam no Congresso neste ano.

A impunidade é marca registrada no STF em julgamento de políticos corruptos. Basta dizer que, dos mais de 500 congressistas acusados de atos criminosos desde a promulgação da Constituição de 1988, somente 16 foram condenados e apenas oito chegaram efetivamente a cumprir pena.

Em muitos casos, os processos simplesmente prescreveram sem que os ministros do STF tivessem julgado o comportamento dos réus.

Assim como havia sido feito com os senadores, todos os deputados listados foram procurados pelo site Congresso em Foco.

sulesudeestado

Mutirão judiciário analisa 400 processos



Claudio Rendeiro destaca que o objetivo é dar celeridade à tramitação judicial

MARABÁ

São analisados casos de progressão de regime e liberdade condicional

EVANDRO CORRÊA
Especial para O LIBERAL

O Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Pará (GMF) analisou 387 processos de presos sentenciados na Comarca de Marabá entre os 18 e 21 deste mês. A agenda de mutirões de presos sentenciados do 2º semestre deste ano se iniciou pela Comarca de Tomé-Açu.

De acordo com o juiz Cláudio Rendeiro, o mutirão carcerário nas Comarcas do Interior do Estado analisa casos de processos de presos sentenciados, progressão de regime, entre outros processos. "É um mutirão feito só para analisar processos de presos sentenciados, progressão de regime, livramento condicional, aqueles presos que trabalham ou estu-

"O mutirão já faz parte da rotina da execução penal aqui no Estado"

dam para fazermos a remissão que depende de uma decisão judicial. O mutirão carcerário já faz parte da rotina da execução penal aqui no Estado", ressaltou o magistrado.

O objetivo dos mutirões é dar celeridade à tramitação na justiça. Para realizar o mutirão, a equipe é composta por juizes, defensores públicos, promotores e servidores do Núcleo de Execução Criminal da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado (Susipe), além de servidores do Poder Judiciário do Pará.

O juiz da 1ª Vara de Execuções Penais, Cláudio Rendeiro,

explica as vantagens do mutirão carcerário. "O mutirão tem uma vantagem de concentrar no mesmo tempo e no mesmo espaço os atores que podem resolver aquela situação e que fora do mutirão seria mais demorado, porque ali você tem juizes, promotor, defensor público. A Susipe dá o suporte com as certidões carcerárias e com o apoio logístico. Então, você consegue resolver em dois dias em uma cidade que você vai especificamente para aquilo", explicou.

Depois de passar pela Comarca de Santarém, a equipe do mutirão fica em Itaituba até o próximo dia 4 de setembro. De 22 a 25 de setembro é a Comarca de Altamira que receberá o mutirão. Em outubro, os trabalhos serão realizados nas Comarcas de Cametá, Mocajuba e Abaetetuba, Salinas, Capanema e Bragança.

Após cirurgia, Lyoto diz que só deve voltar a lutar em 2016. Página 4.

FUTEBOL

carlos



ferreira



cferreira@oliberal.com.br

BAIXINHAS

■ Desde a suspensão do leilão, que estava programado para a última sexta-feira, o juiz Jorge Vieira, da 13ª vara do TRT, está trabalhando para fazer venda direta do "Carrossel", imóvel alienado do Remo. Para isso, tem respaldo do Pleno do Tribunal. Foi assim, em venda direta, que o clube perdeu a sede campestre, em 2008, por R\$ 3 milhões, e só pagou metade do que devia. Pode ocorrer a mesma coisa no caso do Carrossel. Para a venda ocorrer, porém, terá que haver no mínimo três propostas oficiais.

■ A cartada em estudos no Remo é a venda de todo o complexo, incluindo o Baenão, para zerar a dívida e construir uma estrutura moderna em outro local. Afinal, se a Justiça vender o Carrossel, o Baenão perderá muito do seu valor no mercado imobiliário. Com novos processos avançando para execução, a dívida está chegando a R\$ 12 milhões e ainda vai aumentar, com novos processos em andamento. O Remo foi devastado por gestões irresponsáveis nos últimos anos, piorando um quadro que já era péssimo.

PLANTÃO**Júri condena réu a 6 anos de prisão**

Jurados do 3º Tribunal do Júri de Belém, presidido pela juíza Ângela Alice Alves Tuma, votaram pela condenação de Erikson Santos Souza, 21 anos, acusado de matar com um único tiro de revólver Moisés Viana de Lima, 18 anos. Por maioria dos votos, os jurados acataram a tese do promotor de Justiça Edson Souza e rejeitaram a tese de negativa de autoria da defesa, promovida pelo defensor público Rafael Sarges. A pena aplicada ao condenado de seis anos de prisão será cumprida em regime inicial

semi aberto. A motivação do crime, que estaria relacionada à dívida de droga, não ficou evidente na denúncia. Uma única testemunha de acusação compareceu para depor, Raimundo Pantoja de Lima. Ele é pai da vítima, mas não assistiu ao crime e tampouco informou aos jurados o que teria motivado seu assassinato. Em interrogatório, o réu negou ter sido autor do crime, ocorrido dia 25 de junho, às 20h30, na Passagem Bom Sossego esquina com a Padre Eutiquio, bairro da Cremação.

CIDADES

Medo apavora quilombolas em Cametá. Página 7.

Peritos decidem manter greve

DECISÃO DO TJE

Desembargador proíbe qualquer ato que crie obstáculos aos usuários do IML

Após decisão da Justiça, determinada pelo desembargador José Maria Teixeira do Rosário, 80% dos serviços do Centro de Perícias Científicas Renato Chaves retomaram ao trabalho normal na sede e Unidades Regionais (UR) localizadas em Marabá, Santarém, Altamira e Castanhal. A decisão proibiu qualquer ato que crie obstáculos nas ruas e impeçam a entrada dos usuários nas dependências do Centro e nas URs. Foi fixada uma multa no valor de R\$ 5 mil diários, em caso de descumprimento da decisão por parte da Associação de Peritos Oficiais do Pará (Aspop). Na frente da sede, em Belém, o movimento paredista enfraqueceu, mas a entidade trabalhista reforça que 20% da categoria, hoje com 372 profissionais, mantém a greve e que vai recorrer da decisão. Hoje, às 9 horas, uma reunião será realizada na Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa). O movimento paredista tentará obter ajuda parlamentar nas negociações.

Durante os primeiros dias de greve, deflagrada no último dia 18, serviços essenciais como exames de lesão corporal mediante flagrantes, exames sexológicos, dosagem alcoólica, constatação de drogas, necropsias, remoção e liberação de cadáveres e local de crime contra a vida mantiveram-se normais, como garante a direção do CPC. A Aspop dis-



Centro de Perícias tem os serviços quase normalizados no atendimento à população

corda, dizendo que o serviço se manteve, mas com 30% do quadro apenas, dificultando. Nas delegacias havia lotação e confusão de quem precisava de algum exame que estava demorando a sair ou nem estava sendo feito e voltavam do CPC sem saber o que fazer. "Não há greve com apenas 20% da categoria parada. O magistrado reconheceu a legalidade da greve de um lado, mas inviabilizou do outro. Por isso, estamos recorrendo", afirmou Aldecy Moraes, presidente da Aspop.

"Em face da situação financeira e fiscal pela qual passa o Estado, e a fim de não prejudicar as contas públicas, o Governo não tem como negociar, neste instante, qualquer valor que represente impacto na folha do funcionalismo estadual", informou a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup). Aldecy Moraes novamente contesta, dizendo que os peritos em contabilidade do CPC fizeram os cálculos cuidadosamen-

te com os números oficiais do Estado e garantem que os benefícios cobrados oneram apenas 0,015% do orçamento estadual, mantendo as contas do Governo dentro do limite prudencial, que é de 46,17% de comprometimento. Ainda faltam 2,63% para chegar nesse limite, segundo a Aspop.

PROVAS

"Mostramos provas e talvez por isso não gostem da gente. Desde 2013 pedimos a implantação da política de remuneração escalonada, com 25% ao ano até 2018 e só deram para oficiais da Polícia Militar e delegados da Polícia Civil. Pedimos adicional de risco de vida de 100%, que hoje é 80%, e só deram aos policiais militares e policiais civis. Por que somos preteridos em todas as pautas se quando a Segup fala em segurança integrada nos inclui?", critica Aldecy. O abono salarial dos peritos também é menor em comparação a policiais civis e policiais milita-

Peritos reclamam e dizem que até agora as negociações não avançaram

res: R\$ 320 contra R\$ 500. Por enquanto, ele conclui dizendo que as negociações não avançaram nada.

Quem precisava dos serviços, dessa vez não encontrou filas longas nem demora no atendimento. Micilene Tayara do Rosário foi fazer exame de corpo de delito e quando chegou na unidade, às 8h50, pegou a senha de número 668 e apenas oito pessoas estavam na frente. "Eu estava até preocupada, mas quando peguei a senha fiquei tranquila. Acredito que não vá demorar", disse a jovem, que estava com um hematoma no rosto após ser agredida durante um passeio no final de semana.

A dona de casa Karina Cavalcante aguardava a liberação do corpo do marido. Ele morreu no Pronto-Socorro do Guamá, na noite do último domingo. Ela chegou à unidade do CPC por volta de 8h30 e disse que o procedimento estava ocorrendo de forma rápida. "Até agora ainda não encontrei nenhuma dificuldade e estou percebendo que o atendimento está normal", disse Karina.

Rosileia Ribeiro, 20, também foi fazer exame de corpo de delito e demonstrou tranquilidade na espera do atendimento. "Eu já fui atendida na recepção, não demorou nada. Agora só estou aguardando me chamarem para fazer o exame. Eu pensei que fosse ser muito demorado", completou a jovem.

CIDADES

Matador de aluguel na cadeia

INVESTIGAÇÕES

Acusado de homicídio integrava grupo chefiado por Rosivan Moraes

Um homem acusado de integrar grupo de extermínio que atua na Região Metropolitana de Belém foi preso ontem, em Benevides. O mandado de prisão preventiva contra Luiz Henrique Cabral, de 33 anos, mais conhecido como "Timão", foi decretado pela justiça ao analisar os autos da ação criminal que investiga a execução de Felipe da Luz Silva, de 22 anos, ocorrida naquele município, no dia 22 de setembro de 2013. A vítima foi executada com três tiros na cabeça após ter sido sequestrada da própria residência. Timão foi preso anteriormente, em 2007, acusado de participar do grupo de extermínio liderado pelo ex-policial militar Rosivan Moraes Almeida, preso acusado da chacina de seis adolescentes, crimes ocorridos no distrito de Icoaraci, quatro anos depois.

O diretor da Divisão de Homicídios, delegado Marco Antônio Oliveira, disse que a prisão de Rosivan, Timão e outros acusados ocorreu no âmbito da Operação Navalha na Carne, em 2007, cujo objetivo foi desbaratar um grupo de extermínio do qual faziam parte policiais civis e militares, ex-policiais e civis. Os integrantes do grupo cobravam

pela prestação de supostos serviços de proteção, os quais, na realidade, serviam para patrocinar um grupo de assassinos que se dedicava a fazer a justiça com as próprias mãos, eliminando pessoas supostamente envolvidas em crimes ou agindo na manutenção de territórios de traficantes.

Grupo de extermínio também matava por ordem do tráfico de drogas

O inquérito policial que apura o assassinato de Felipe é presidido pela delegada Cristina Esteves. Timão foi reconhecido por testemunhas como um dos homens que invadiram a residência da vítima à procura de armas e que, em seguida, sequestrou-a, quando foi vista viva pela última vez. Segundo o diretor Marco Antônio, na época, Felipe era acusado de participação em assaltos em Benevides. Inclusive, ele era suspeito de participação em assalto ocorrido na casa de um conhecido empresário local, de onde foram levadas armas de propriedade dele.



Timão (acima) fazia parte do grupo de extermínio comandado pelo ex-soldado **Rosivan** (ao lado), que também está preso. **Timão** é acusado de ter assassinado um assaltante em 2013 a mando de um comerciante.

Os assassinos pressionaram Felipe para saber o paradeiro das armas roubadas, o que ainda não foi confirmado. O empresário vítima do assalto é investigado, suspeito de ser o mandante da morte de Felipe.

Timão foi preso em Benevides, onde reside. Ele respondia em liberdade o processo do Navalha na Carne. A prisão foi decretada pelo juiz de Benevides. O acusado foi apresentado à imprensa, ontem à tarde, na sede da Divisão de Homicídios, em Belém. Ele não deu entrevista. Timão foi recolhido ao Sistema Penitenciário, de onde somente poderá ser liberado com ordem da justiça.